

HABEAS CORPUS Nº 548.317 - PE (2019/0355601-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : KELLY REGINA CABRAL DE OLIVEIRA
ADVOGADO : KELLY REGINA CABRAL DE OLIVEIRA - PE0030373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : JEAN JOSE NUNES DA CUNHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEAN JOSE NUNES DA CUNHA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, que denegou o *writ* de origem, por acórdão de fls. 59-68.

O paciente teve a prisão preventiva decretada em 26/8/2019, pela prática do crime de homicídio qualificado, em relação a fatos ocorridos em 7/12/2015.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com ou sem aplicação de medidas cautelares alternativas, sob as alegações de insuficiência na fundamentação e ausência de contemporaneidade entre a data dos fatos e a decretação da segregação cautelar.

É o relatório.

DECIDO.

Em *habeas corpus* a prova deve ser pré-constituída e incontroversa.

A decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória é meramente confirmatória (fl. 52) e o decreto de prisão preventiva juntado é parcialmente ilegível (fls. 20-22), o que impede o conhecimento pleno do tema, motivo pelo qual indefiro a liminar pleiteada.

Solicitem-se informações, em especial, sobre os atos processuais e respectivas datas, com o envio de cópia legível do decreto de prisão preventiva, além da senha de acesso aos autos na plataforma eletrônica do Tribunal de Justiça, se houver.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se. .

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator